

Casas de acolhimento no Brasil e a população LGBTI+: reflexões, contextos e vulnerabilidades

Host houses in Brazil and the LGBTI+ population: reflections, contexts and vulnerabilities

André Luiz Avelino da Silva

Mestrando em Ciência da Informação no PGCIN/UFSC, especialista em Docência no Ensino Superior – UNIASSELVI (2020), bacharel em biblioteconomia pela Universidade Federal do Amazonas – UFAM (2018). Faz parte do grupo de pesquisa GPCIn - Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Competência em Informação, da UFSC. Membro do grupo de pesquisa Alaye - laboratório de pesquisa em informação antirracista e sujeitos informacionais, da Universidade Federal de Goiás – UFG. Áreas de interesse: competência em informação, população LGBTI+, políticas públicas, gênero e sexualidade, população trans. Email: andre_luiz93@live.com

Elizete Vieira Vitorino

Bolsista Produtividade CNPq, Nível 2. Pós-doutora em Ciência da Informação, Universidade do Porto, Portugal. Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Competência em Informação (GPCIn). Líder do Grupo de Pesquisa GPCIn (cadastrado no CNPq e certificado pela UFSC). Professora do Departamento de Ciência da Informação (CIN) - Biblioteconomia e Arquivologia. Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PGCIN). Centro de Ciências da Educação (CED), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis – Brasil. Site do GPCIN: gpcin.paginas.ufsc.br. Email: elizete.vitorino@ufsc.br, elizetevitorino@yahoo.com.br

Luciana Pimentel da Silva Pissango

Especialista em Direito da Criança, do Adolescente e do Idoso (2021); Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Amazonas - UFAM (2015). Possui experiência na área de Serviço Social na Política Pública de Assistência Social em Acolhimento Familiar e Acolhimento Institucional de Criança e Adolescente sob medidas de proteção e estágio na Política de Saúde em contexto hospitalar de Média e Alta Complexidade. Atua como Assistente Social da Gestão do SUAS, Gestão do Trabalho e Vigilância Socioassistencial da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social de Brusque/SC e em Casa de Assistência Dilony. Perita Social credenciada pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina e pela Justiça Federal. Email: lucianapissango@gmail.com

Resumo

O presente artigo busca uma abordagem acerca das casas de acolhimento no Brasil, com atuação direcionada ao atendimento à população LGBTI+ em contexto de risco e vulnerabilidade. Tratando-se de um estudo bibliográfico com abordagem qualitativa, a pesquisa é exploratória pois objetiva, para além da contextualização, o entendimento dos principais desafios e potencialidades na implementação de iniciativas brasileiras que atendem o público em questão, bem como, visa fomentar diálogos sobre a população LGBTI+. Os dados da pesquisa revelam que as casas de acolhimento para o público LGBTI+ em território brasileiro funcionam de forma independente, com raros casos, de iniciativas do Estado. Nota-se a imprescindível efetivação de políticas públicas a serem implementadas, que atendam as demandas da população LGBTI+ em situação de rua, com objetivos basilares que visualizem o enfrentamento da vulnerabilidade social expressas no preconceito, discriminação, violência e exclusão que a população mencionada sofre e, somente por meio das ações efetivas das políticas públicas poderão ser superadas. Sugere-se que a vulnerabilidade em informação é um dos riscos invisíveis e pouco conhecidos, o desenvolvimento da competência em informação é um caminho possível para ser empreendido nestas iniciativas dos grupos LGBTI+.

Palavras-Chave

Cidadania, Casas de acolhimento, População LGBTI, Competência em Informação, Vulnerabilidade em Informação.

Abstract

This article seeks an approach to host houses in Brazil, with action aimed at serving the LGBTI+ population in a context of risk and vulnerability. As a bibliographical study with a qualitative approach, the research is exploratory as it is objective, beyond contextualization, the understanding of the main challenges and potentialities in the implementation of Brazilian initiatives that serve the public in question, as well as, aims to promote dialogues about the LGBTI+ population. The survey data reveal that host houses for the LGBTI+ public in Brazilian territory function independently, with rare cases, from State initiatives. Note the essential implementation of public policies to be implemented, which meet the demands of the homeless LGBTI+ population, with basic objectives that visualize the confrontation of social vulnerability expressed in prejudice, discrimination, violence and exclusion that the aforementioned population suffers and, only through effective public policy actions can they be overcome. It is suggested that information vulnerability is one of the invisible and little-known risks, the development of information literacy is a possible path to be undertaken in these initiatives of LGBTI+ groups.

Keywords

Citizenship, Host houses, LGBTI population, Information Literacy, Information vulnerability.

Introdução

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 têm a cidadania e a dignidade da pessoa humana como dois de seus cinco fundamentos, além disso, há nos seus objetivos fundamentais a redução das desigualdades sociais e regionais. Embora não cite orientação sexual e identidade de gênero, há em seus objetivos promover o bem-estar de todos, sem qualquer tipo de discriminação (BRASIL, 1988). A moradia e a assistência aos desamparados são pontuados como direitos sociais pela Constituição. (BRASIL, 1988).

Em 1993, a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) consolidou os direitos do cidadão, tendo em vista que a mesma visa garantir atendimento às necessidades básicas, por meio de ações de iniciativas públicas (BRASIL, 1993).

Posto isto, o intuito deste trabalho é apresentar um breve contexto acerca das casas de acolhimento no Brasil e trazer uma reflexão sobre sua relação com a população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros, Intersexuais e mais (LGBTI+) em situação de vulnerabilidade social. O percurso do artigo consistirá em contextualizar as casas de acolhimento no Brasil, abordar sobre a população LGBTI+ e a vulnerabilidade social e apontar iniciativas no país.

Utilizaremos a sigla LGBTI+ em detrimento das demais, pois é a mais utilizada pelos movimentos sociais brasileiros, tendo em vista que o “Q” do termo “*queer*”, de origem estadunidense, tem gerado ruídos entre os movimentos sociais. Ressalta-se, portanto, que não temos intenção de entrar em tais debates, não sendo este o objetivo do trabalho.¹

O artigo emerge de questionamentos acadêmicos dos autores acerca da temática e como forma de entender e aprofundar-se previamente acerca do tema para se familiarizar. Bem como forma de contribuir com pesquisas a respeito de casas de acolhimento e a população LGBTI+, buscando tirar das invisibilidades esses assuntos progressistas no âmbito da academia.

As casas de acolhimento no Brasil possuem uma função social que visam garantir direitos sociais básicos previstos na Constituição Federal do Brasil de 1988. Estas em alguns

¹ Dentre alguns destes debates nos movimentos sociais LGBTI+, a Organização Não Governamental – ONG Somos fez uma postagem no perfil do Instagram (@ongsomos) a respeito do uso da sigla. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CSPTIbvHqF7/>.

casos podem ser a extensão do Estado, por meio de políticas públicas e, em outros, como forma de suprir a ausência do Estado, nessa perspectiva, trata-se das casas de acolhimento voltado para comunidade LGBTI+.

1. As casas de acolhimento no Brasil: contextualização

Objetivando compreender as contradições e determinações existentes no contexto social é importante conhecer a historicidade dos fenômenos sociais. Dito isto, a homossexualidade como um fato social existe desde os primórdios da humanidade, bem como, as prisões e demais instituições, tidos como ambientes reservados aos que apresentavam algum comportamento entendido como diferente, que não se enquadravam dentro das normas sociais preestabelecidas da época.

A opinião científica, médica e psiquiátrica vigente no passado era de que a homossexualidade era uma doença resultante de uma anormalidade genética associada a problemas mentais na família e todos os indivíduos que apresentassem tendências homossexuais eram afastados das pessoas consideráveis “saudáveis”. Nesse contexto, tratar esses sujeitos foi historicamente sinônimo de exclusão, reclusão e asilamento. (BRASIL, 2004).

Homens e mulheres que se relacionavam afetivamente com pessoas do mesmo sexo foram trancafiados em hospitais psiquiátricos para serem "curados". As internações aconteciam, em boa parte das vezes, sob ordens de autoridades influentes da época e familiares, que não queriam "aberrações" na família e na sociedade. No cenário brasileiro, o Hospício Colônia localizado no município de Barbacena/MG, criado para atender pessoas com deficiência mental, acabou sendo usado para aprisionar LGBTI+, pessoas negras, pessoas com deficiência, profissionais do sexo, crianças fruto de relacionamentos extraconjugais, pessoas com dependências químicas (álcool ou drogas ilícitas) e demais pessoas indesejadas socialmente. Durante décadas, pessoas foram internadas e sofreram tratamento de choques, lobotomia, estupro e toda ordem de maus tratos, foram submetidos a condições subumanas, comendo ratos, fezes e bebendo água de esgoto.

De acordo com Foucault (1972), esse modelo asilar foi o que predominou durante mais de duzentos anos em quase todo o mundo ocidental. O modelo descrito pelo autor consistia, quase que exclusivamente, na segregação de todos aqueles que apresentavam "diferenças, desvios e divergências sociais e culturais" (apud AMARANTE, 1995, p. 292), incluindo os chamados "loucos", que eram internados nos institutos manicômios. Mantendo-se a atribuição do Estado, em garantir a segurança, a ordem pública e a incumbência de contenção e repreensão dos indivíduos que apresentassem comportamento “desviante”.

Contudo, há que considerar que nesse contexto mediante a aquisição de novos entendimentos rompe-se com o ciclo tendencioso de desregramento moral com o reconhecimento da importância da discussão se libertar de estigmas. Dessa forma, mobilizações sociais e políticas impulsionaram debates em que denunciavam contra a exclusão, contra a agudização e a violência nos hospitais psiquiátricos. Silvio Yasui (2006) demarca que essa ação se articulou com outros movimentos sociais e com a luta pela redemocratização, transcendendo a questão específica da saúde mental. Acredita-se que a principal pauta do movimento pela reforma psiquiátrica foi a ruptura com o modelo asilar que não primava pela cidadania, pelos direitos e pela liberdade, para a implantação de uma transformação societária em relação a aceitação do diferente, considerando que este deve estar integrado no convívio social e ter direito de voz ativa na sociedade.

Em 1979 a Associação Americana de Psiquiatria finalmente tirou a homossexualidade

de sua lista oficial de doenças mentais. Na mesma época, o advento da HIV/AIDS teve um resultado ambíguo para a população LGBTI+. Embora tenha acirrado o preconceito, já que a princípio a disseminação do vírus, foi associada a esses sujeitos, também fez com que muitos deles se posicionassem, para reivindicar seus direitos. Durante os anos 80 e 90, a maioria dos países desenvolvidos descriminalizou a homossexualidade e proibiu a discriminação contra a população LGBTI+.

Tendo como fortalecimento a promulgação da Constituição Federal de 1988 que fora um marco na conquista de direitos sociais e novas legislações passaram a vigorar e a garantir a criação de políticas sociais voltadas à população menos favorecida com a finalidade de atendimento de suas demandas sociais.

Dentre as conquistas adquiridas em âmbito político e social cabe fazer menção Lei Orgânica de Assistência Social, que ora aprovada, expressa exatamente a materialidade do conteúdo da Assistência Social como um pilar do Sistema de Proteção Social Brasileiro no âmbito da Seguridade Social. A LOAS em seu Art. 1º estabelece que:

A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas (BRASIL, 1993, p. 01)

Partindo dessa premissa em 2004 houve a aprovação da Política de Assistência Social (PNAS) como política pública inserida no campo dos direitos, da universalização do acesso e da responsabilidade estatal, estruturada pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS), este responsável pela organização da oferta de programas, serviços, projetos e benefícios pela rede de proteção social de assistência social.

A saber, os níveis de proteção ofertados, como: a proteção social básica, com iniciativas desenvolvidas pelos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), com ações preventivas e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, sendo o público alvo famílias, em situação de vulnerabilidade social e/ou fragilização de vínculos familiares e de pertencimento social; a proteção especial de média complexidade promovida pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), com ações voltadas ao acompanhamento especializado, prevenção da institucionalização cujo o público alvo são famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social, com violação de direitos, decorrentes de abandono, maus tratos físicos e/ou psíquicos, abuso e exploração sexual, adolescentes em conflito com a lei, situação de rua e ainda no nível da proteção social de alta complexidade direcionada ao acolhimento personalizado e resgate do convívio tendo como público alvo famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social, com violação de direitos e rompimento dos laços familiares.

Neste último nível de proteção social integram a rede de proteção social, as iniciativas da rede complementar por meio das organizações da sociedade civil como instituições privadas com ou sem fins lucrativos. Formada por entidades de assistência social que disponibilizam serviços públicos não-estatais, oferecendo serviços de convivência e fortalecimento de vínculo e acolhidas a cidadãos de todos gêneros e idades que devem ter como referência as normas de acolhimento institucional, regidas pela Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais. Como é o caso de entidades voltadas ao acolhimento de pessoas LGBTI+, lutando para que este público tenha acesso aos direitos no conjunto das provisões socioassistenciais. Porém, apesar das conquistas, neste estudo mapeamos uma realidade tímida de iniciativas públicas, exponenciando que ainda existe um longo caminho a ser trilhado para que o ideal seja efetivo para assegurar o cumprimento dos direitos já

instituído em Lei.

2. A população LGBTI+: entre violências e vulnerabilidades

As violências que a população LGBTI+ sofre na sociedade é refletido, nos casos extremos em mortes que são baseadas em preconceito e discriminação, seja por orientação sexual ou identidade de gênero. Em 2019 o Atlas da Violência acrescentou a população LGBTI+ em seu relatório, no entanto, a invisibilidade que a mesma sofre ficou ainda mais evidente, uma vez que falta estatísticas oficiais do Estado para que se possa ter uma noção aproximada da realidade (CERQUEIRA; BUENO, 2020, p. 54). Todavia, algumas pessoas se unem em grupos de ativismo para tentar trazer à tona tais dados, como o exemplo do Grupo Gay da Bahia (GGB) e a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA).

Dados apresentados pelo GGB, em 2019, revelam que 329 pessoas perderam suas vidas (OLIVEIRA; MOTT, 2020, p. 15), ANTRA lançou o Dossiê dos Assassinatos e da violência contra Travestis e Transexuais brasileiras em 2020, com 175 pessoas trans mortas, e desse total, todas mulheres transexuais e travestis, demonstrando que o gênero feminino é uma determinante para a causa desses assassinatos, deixando claro que o lado machista, preconceituoso e patriarcal da sociedade exerce um fator forte nesses crimes (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2021, p. 31).

Diante de dados que deixam evidente a face discriminatória e violenta da sociedade brasileira, não é surpreendente quando esse grupo social se encontra em situação de vulnerabilidade social, à margem da sociedade.

Ressalta-se que as violências que essas pessoas sofrem, partem de uma estrutura com bases numa sociedade heteronormativa e cisgênera. Rosa (2020, p. 63) afirma que o termo heteronormatividade é cunhado

para classificar a marginalização, perseguição, repressão e conformação por práticas sociais, crenças ou políticas que se referem especificamente à sexualidade e ao gênero dos indivíduos, tratando a heterossexualidade como prática intrínseca e natural ao ser humano e qualquer desvio como antinatural e passível de perseguição, correção e destruição. (ROSA, 2020, p. 63).

Desta maneira, pessoas que não se encaixam na heteronormatividade são alvos de violências, desde as psicológicas, verbais ou até as físicas. Quanto ao termo cisgênero, Jesus (2012) define como “pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi atribuído quando ao nascimento” (JESUS, 2012, p. 10).

No que diz respeito a utilização do conceito “cisheteronormatividade”, Rosa (2020) afirma que se trata de “um conjunto bem delimitado de normas, reforços e punições” (ROSA, 2020, p. 67). Portanto, estar em discordância desse padrão imposto socialmente é a base de muitos dos preconceitos e discriminações que as pessoas LGBTI+ passam em suas vivências.

Santos (2018) afirma que a população LGBTI+ está exposta a sofrer preconceito e somando a outros fatores, podem encontrar-se em situação de rua, sem emprego, em casos onde são expulsos de casa pelos próprios familiares, sem o preparo para uma vida adulta, acabam ficando em situação de vulnerabilidade social. O autor ainda ressalta a importância de existir políticas públicas específicas voltadas para essa população, as poucas que existem são vagas, sendo necessário a criação de novas com participação social de maneira que se possa pensar na implementação de políticas públicas que realmente atendam a população LGBTI+

(SANTOS, 2018, p. 16).

Em se tratando da questão da vulnerabilidade social, para Righetto e Vitorino (2019, p. 78)

a vulnerabilidade social se configura como construção social, produto das transformações societárias, incorporando formas relativas aos condicionantes históricos. Tais transformações propulsionam mudanças no contexto da vida privada, salientando fragilidades e contradições. (RIGHETTO; VITORINO, 2019, p. 78).

Há uma complexidade nos condicionantes da vulnerabilidade social, nesse sentido, afetando o acesso aos recursos necessários que irão auxiliar determinados indivíduos ou grupos sociais, tal interferência neste acesso resultará na ausência dos direitos e garantias que podem proporcionar o bem-estar dos cidadãos, tanto físico quanto social (SOUSA; FARIAS, 2020, p. 8).

Righetto, Vitorino e Muriel-Torrado (2018) afirmam que a vulnerabilidade social está ligada à questão da desigualdade social e da exclusão, em sendo assim, essas pessoas terão interferência no acesso aos seus direitos e impossibilitados de exercer seu papel na sociedade enquanto cidadão. Sem a possibilidade de reintegração na sociedade, pessoas LGBTI+ em situação de vulnerabilidade social encontram-se à margem, excluídos de poder se reestabelecer em suas vidas.

Para que se possa minimizar os danos causados diante de tantas violências, exclusão, desigualdades, vulnerabilidades, seria necessário que o Estado criasse e implantasse políticas públicas voltadas para essa população, políticas essas que resguardasse os direitos sociais que, apesar de serem previstos em Constituição, as pessoas LGBTI+ acabam tendo seus direitos negados. Essas medidas necessárias não despertam o interesse do Estado, não há preparo e sim descaso (SILVA, 2020).

Na situação de vulnerabilidade social, com a falta de moradia, na ausência do Estado, sem apoio de órgãos públicos, empresas ou outros, as iniciativas partem da própria população LGBTI+ e sem apoio dos sujeitos (como o Estado), essas pessoas fazem o que deveria ser feito por meio de políticas públicas, grupos sociais se unem com esforços de voluntários para criar casas de acolhimento e poder auxiliar quem precisa (SILVA, 2020, p. 93).

Vitorino (2018) ao discorrer acerca de temática da vulnerabilidade em informação, afirma que qualquer pessoa que esteja em um estado na qual estará sobrecarregada de informações ou com a falta das mesmas, ficará suscetível a danos em razão disto. O excesso ou falta de informações tornará a pessoa vulnerável em informação. Nesse sentido, a autora pontua que o desenvolvimento da competência em informação é uma forma de agir na contramão da vulnerabilidade em informação, pois este conjunto de habilidades (saber identificar uma necessidade informacional, saber procurar, acessar, utilizar de forma eficiente e crítica) contribuirá para que a pessoa usufrua da cidadania e de seus direitos.

Quanto a competência em informação, Righetto, Vitorino e Muriel-Torrado (2018) afirmam que sob a perspectiva educacional trata-se de “aprender a aprender”, e na perspectiva de senso crítico trata-se de um conjunto de conhecimentos que são essenciais para saber reconhecer uma necessidade em informação e como solucionar tal demanda ou o que fazer com a informação para tomar uma decisão que sanará o problema.

Neste prisma, o desenvolvimento da competência em informação pode proporcionar, sob o viés informacional, a solução de demandas, acesso a cidadania e direitos. Assim como contribuir para que a vulnerabilidade social e em informação seja reduzida, proporcionando independência e autonomia das pessoas envolvidas.

Silva (2020) ao argumentar sobre o desenvolvimento da competência em informação reduzir danos causados pela pandemia do COVID-19, afirma que além do desenvolvimento da mesma, políticas públicas sejam criadas para auxiliar na demanda. Correlacionando com o presente artigo, as casas de acolhimento em si são políticas públicas, no caso das voltadas para a população LGBTI+ nem sempre são gerenciadas pelo Estado, mas por ONGs.

Neste sentido, Silva (2020) pontua sobre a necessidade de políticas públicas e a competência em informação agirem em conjunto para minimizar danos que colocam pessoas em situação de vulnerabilidade. As casas de acolhimento que promovam espaço fértil à competência em informação poderão maximizar o andamento de suas atividades e potencializar seus resultados. Minimizar os efeitos perversos da falta de informação: este é o propósito maior do desenvolvimento da competência em informação (VITORINO, 2018).

3. Aspectos metodológicos

Para a realização da presente pesquisa, utilizou-se das seguintes fontes de informação: a base de dados BRAPCI, Google Acadêmico, Scielo e o Portal de periódicos da CAPES, bem como a consulta de artigos científicos disponibilizados na internet com acesso aberto em revistas e anais de eventos, assim como livros físicos.

A pesquisa tem caráter exploratório com abordagem qualitativa, de cunho bibliográfico. Conforme observado durante a realização das pesquisas para composição de referencial conceitual para a produção desse trabalho, os resultados se apresentaram pouco expressivos, sobre a temática de casas de acolhimento voltadas para a população LGBTI+, justificando, portanto, a utilização do caráter exploratório da pesquisa, pois Collis e Hussey (2005) afirmam que esse tipo de pesquisa também costuma ser utilizada quando há uma carência de publicações acerca da temática.

Para compor os dados sobre as iniciativas de Casas de Acolhimento no território brasileiro, foram realizadas buscas no Google utilizando o termo “casas de acolhimento LGBT” na intenção de encontrar tais locais. Foi possível encontrar matérias com notícias a respeito das Casas, contendo algumas informações sobre os locais, como são mantidas, quais organizações gerenciam, entre outros resultados úteis à pesquisa.

A pesquisa qualitativa é, de forma marcante, indutiva, assim como exige um olhar aprofundado do pesquisador sobre o contexto. Se o mesmo não tiver esse olhar mais atento, poderá perder de vista informações que estejam à vista, pois nessa abordagem de pesquisa não há como excluir no primeiro momento o excesso de informações, ou seja, é necessário saber filtrar quais serão úteis para realização da pesquisa (VIEIRA, 2020).

4. Iniciativas de e para LGBTI+: as casas de acolhimento

Historicamente, as Casas de Acolhimento voltadas para a população LGBTI+ surgem como iniciativas para suprir a ausência dos responsáveis legais ou do Estado. Materializadas como forma de resguardar os direitos sociais básicos previstos na Constituição Federal do Brasil, como educação, saúde, moradia, trabalho, lazer, alimentação e outros, por exemplo (BRASIL, 1988).

Na década de 1980, nos Estados Unidos, quando jovens eram expulsos de casa por sua identidade de gênero ou orientação sexual, alguns deles eram acolhidos por alguma “mãe” de alguma “Casa”, uma pessoa exercia o papel de mãe e acolhia jovens em sua casa, da qual havia algum sobrenome cujo todos adotavam e, assim, constituíam não só uma casa, mas uma

família, competiam nos chamados “*ballrooms*”, um local onde as pessoas que não eram aceitas pela sociedade se reuniam para celebrar suas vidas e criar um ambiente de aceitação para eles.

Esse contexto é representado na série *Pose*, no primeiro episódio quando o personagem Damon é expulso de casa pelos próprios pais ao descobrirem sua orientação sexual. O personagem acaba indo morar na rua, dormindo numa praça na qual durante o dia se apresenta com sua dança para tentar conseguir dinheiro para sobreviver.

A personagem Blanca o convida para entrar em sua Casa, o rapaz não entende o conceito e a personagem explica “Uma casa é a família que você escolhe. Sou mãe de uma casa. Dou apoio e abrigo para quem precisar. Competimos em bailes. Eu estava procurando alguém que soubesse dançar.” (*Pose*, Ryan Murphy, 2018).

O acolhimento oferecido pelas mães dessas Casas, nesses locais que surge o cenário *ballroom* nova-iorquino, nasce também pela ausência do acolhimento inexistente em outras instituições (Estado ou Instituições), Pereira e Peranda (2020, p. 78) argumentam que

As Casas são como que santuários diaspóricos para aquelas pessoas que foram rejeitadas por suas famílias de sangue, religiões e instituições comunitárias, oferecendo um lugar de acolhida e suporte para que se possa viver coletivamente em meio a cultura *queer* negra. Não necessariamente estruturas físicas, mas simbólicas, e são lideradas por *Mothers* e *Fathers*. Essas figuras fornecem cuidado e amor para as crianças das Casas, que se tornam irmãs e irmãos entre si. Com um pouco mais de tempo, conhecimento e engajamento nas atividades da Casa, as crianças podem se tornar *Princess* ou *Princesses*, também figuras de liderança, mas ainda abaixo das mães e pais. A hierarquia na estrutura de parentesco da cultura do *ballroom* também distribui funções de trabalho, uma vez que *Mother* e *Father* têm um dever pedagógico de ensinar o que sabem às suas filhas e seus filhos, além de ensinarem a malícia das ruas e estratégias de sobrevivência no mundo normativo heterossexual branco. (PEREIRA; PERANDA, 2020, p. 78).

Essas iniciativas podem ser compreendidas como casas de acolhimento, porém, indo além de oferecer um abrigo/teto conforme conceituaram na citação acima, não sendo gerenciadas por uma pessoa jurídica e sim física, percebe-se dessa maneira que quando não há os familiares pelas pessoas LGBTI+ e nem Estado, são outras pessoas dentro da comunidade LGBTI+ que estendem a mão.

Sousa (2016) aponta sobre a LGBTIfobia que essas pessoas sofrem em seus lares, proveniente de familiares que oprimem e violentam por acreditar que não se encaixam no padrão cis-heteronormativo acarretará uma desonra para a família. O autor pontua que tal comportamento contra pessoas LGBTI+ pode vir a agressões, verbais e físicas, ser postos para fora de casa ou até mesmo o assassinato (SOUSA, 2016, p. 33).

Desde cedo as pessoas que estão “fora da caixa” da heterossexualidade e da cisgeneridade precisam lutar para sobreviver, expulsos de casa, inicia-se um novo processo em suas vidas e em alguns casos, iniciativas de Instituições, como as casas de acolhimento voltadas para o público LGBTI+ nascem com propósito social de auxiliar essas pessoas para que possam sair da situação de rua e possam buscar suas reintegrações na sociedade.

Em todo o território brasileiro existem algumas iniciativas de grupos de ativismo/militância LGBTI+ que buscam suprir a ausência do Estado, através de esforços e união fazem com que as casas de acolhimento inaugurem e funcionem para dar apoio e atender a população LGBTI+ em situação de vulnerabilidade social.

Figura 1: Entrada do Centro de Acolhimento Ezequias Rocha Rego (CAERR)



Fonte: PRIMEIRA... G1, 2021.

Na cidade de Maceió, no estado Alagoas, foi inaugurada a primeira casa de acolhimento do estado, o Centro de Acolhimento Ezequias Rocha Rego (CAERR), iniciativa que nasceu por meio do Grupo Gay de Alagoas (GGAL), o custo financeiro para o projeto foi fomentado através de doações de voluntários (PRIMEIRA..., 2021). A Instituição traz o nome do fundador do GGAL, assassinado em 2011. O local também pretende oferecer serviços educacionais, assessoria jurídica e psicológica (GRUPO..., 2020).

O Manifesta LGBT+, que é uma organização sem fins lucrativos, fundou a primeira casa de acolhimento da Região Norte, localizada na cidade de Manaus, Estado Amazonas, a Casa Miga Acolhimento LGBT+ é a primeira do Brasil a acolher também imigrantes e refugiados em situação de vulnerabilidade social, com parceria do Alto Comissariado da ONU para Refugiados (ACNUR) e recebe apoio e doações de voluntários que possam contribuir de alguma forma com a Casa (BRUM, 2019).

Em Salvador, na Bahia, há o Centro de Cultura e Acolhimento LGBTQIA+ Casa Aurora, com a coordenação de João Hugo e Sellena Ramos, ambos fazem parte da Associação de Diversidade e Inclusão da Bahia (ADIBA) (DIAS, 2019). A Casa Aurora é mantida por doações e voluntários, além de oferecer acolhimento, realiza serviços culturais, educacionais e outros, no Instagram da casa há um link para contribuição.

A Casa Transformar, na cidade de Fortaleza, Estado Ceará, fundada pela Nik Hot e Davy Lima, com interesse de ajudar outras pessoas, o casal decidiu então, abrir as portas de sua casa e abrigar pessoas LGBTI+ em situação de vulnerabilidade social, além do acolhimento, também há ações voltadas para profissionalizar os membros da casa. O lar arrecada doações para manter o seu funcionamento (CÂMARA, 2019).

A Associação de Travestis Reencontrando a Vida (ATREVIDA/RN), em Natal, Rio Grande do Norte, fundou a Casa Brasil, para acolhimento de pessoas trans em situação de vulnerabilidade social. Durante a pandemia do COVID-19, se mantém por meio de doações e parcerias realizadas com o governo estadual e Secretaria Municipal de Assistência Social de Natal, Fórum LGBT Potiguar, Mesa Brasil e entre outros (CRISPIM, 2021).

O quadro 1 apresenta a configuração das casas de acolhimento localizadas nas buscas realizadas para os fins desta pesquisa.

Quadro 1: Casas de Acolhimento para população LGBTI+ no Brasil

Nome	Local	Fomento	Região	Complemento
Casa Miga Acolhimento LGBT+	Manaus - Amazonas	Recebe doações	NORTE	https://www.instagram.com/casamigalgbt/
Centro de Acolhimento Ezequias Rocha Rego (CAERR)	Maceió - Alagoas	Recebe doações	NORDESTE	https://www.instagram.com/caerr_alagoas/
Centro de Cultura e Acolhimento LGBTQIA+ Casa Aurora	Salvador - Bahia	Recebe doações	NORDESTE	https://www.instagram.com/aurora_casalgbt/
Casa Transformar	Fortaleza - Ceará	Recebe doações	NORDESTE	https://www.instagram.com/casatransformar/
Casa Brasil	Natal - Rio Grande do Norte	Recebe doações e parcerias com governo e ONG's.	NORDESTE	https://www.instagram.com/atrevidadnrcasabrazil/
CasAmor Neide Silva LGBTQIA+	Aracajú - Sergipe	Recebe doações	NORDESTE	https://www.instagram.com/casamorlgbtqi/
Centro Cultural e Assistencial Casa Rosa	Sobradinho - Distrito Federal	Recebe doações	CENTRO-OESTE	https://www.instagram.com/casarosadf/
República de Acolhimento e Espaço Cultural LGBT - Casa Satine	Campo Grande - Mato Grosso do Sul	Recebe doações	CENTRO-OESTE	https://www.instagram.com/casasatine/
Hotel Popular LGBTI+	Rio de Janeiro - Rio de Janeiro	Prefeitura do Rio de Janeiro e parcerias	SUDESTE	Não foi encontrada rede social.
Casa Nem	Flamengo - Rio de Janeiro	Prefeitura do Rio de Janeiro e parcerias	SUDESTE	https://www.instagram.com/casanem/
Casa Dulce Seixas	Nova Iguaçu - Rio de Janeiro	Recebe doações	SUDESTE	https://www.instagram.com/casa_dulceseixas/
Casa 1	São Paulo - São Paulo	Recebe doações	SUDESTE	https://www.instagram.com/casa1/
Casa Florescer	São Paulo - São Paulo	Prefeitura de São Paulo	SUDESTE	https://www.instagram.com/casaflorescer1/
Casa Florescer II	São Paulo - São Paulo	Prefeitura de São Paulo	SUDESTE	https://www.instagram.com/casa.florescer2/
Casa Chama	São Paulo - São Paulo	Recebe doações	SUDESTE	https://www.instagram.com/casachama_org/
Casa de Acolhida LGBT+ Arouchianos	São Paulo - São Paulo	Recebe doações	SUDESTE	https://www.instagram.com/arouchianos/
Casa Sem Preconceitos	Campinas - São Paulo	Recebe doações	SUDESTE	https://www.instagram.com/casasempreconceitos/
Casa Transvivência	Florianópolis - Santa Catarina	Recebe doações	SUL	https://www.instagram.com/casatransvivencia/

Fonte: elaborado pelos autores com base nas pesquisas realizadas, 2021.

Em 2018, a CasAmor LGBTQIA+ foi fundada por Linda Brasil, está localizada na cidade Aracajú, em Sergipe, se mantém por doações e busca parcerias com órgãos municipais e estaduais, realiza oficinas culturais e busca dar auxílio aos membros da Casa para conseguir emprego, há também ações voltadas para a educação, como o “Reforço CasAmor”, auxilia no encaminhamento para serviços de saúde e outros (MORAES; CRUZ, 2019).

O ativista LGBT+ Marcos Tavares, em 2017 fundou o Centro Cultural e Assistencial Casa Rosa. A construção do projeto continua em andamento posto que o mesmo conta com doações e voluntários para concluir o projeto e dar andamento no mesmo, atualmente há três

pessoas abrigadas na Casa Rosa, mas com a finalização do projeto espera-se que seja possível oferecer acolhimento para cerca de 20 pessoas. (PIRES, 2020).

A Casa de Satine, como é mais conhecida, é uma República de Acolhimento, Espaço Cultural e Clínica Social voltada para o público LGBTI+, localizada na cidade de Campo Grande, no Mato Grosso do Sul. Como o próprio nome sugere, a Casa oferece serviços de saúde, promove ações culturais e acolhe pessoas em situação de vulnerabilidade social. A iniciativa nasceu do Instituto de Cidadania e Juventude de Mato Grosso do Sul (ICJMS), conta com a coordenação de Leonardo Bastos e mantida por meio de doações de voluntários (BLOCO..., 2020).

Na capital do Rio de Janeiro, a Prefeitura, criou inaugurou o Hotel Popular voltado para população LGBTI+ em situação de rua, ofertando 50 vagas, principalmente pela demanda causada pela pandemia da COVID-19. A criação se deu por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos (SMASDH) em parceria com a Coordenadoria Especial da Diversidade Sexual (CEDS-RIO), o local será mantido pela prefeitura e parcerias, bem como doações (PREFEITURA..., 2020).

Ainda no Rio de Janeiro, há duas Casa de Acolhimento, a Casa Nem localizada no bairro Flamengo, que tem um histórico de reintegrações de posse durante os últimos quatro anos. Conseguiu por meio de muitas lutas dos movimentos sociais a cessão de posse do local, cedido pelo Governo do Estado, por um período de 5 anos, após o tempo, pode ser prorrogado, a fundadora da Casa Nem é a ativista Indianare Siqueira, a ONG arrecada doações, promove projetos na área da educação e cultural (BRUCE, 2020). Há a Casa Dulce Seixas, localizada em Nova Iguaçu, também sem mantém por meio de doações. A expansão para uma segunda casa se deu principalmente em razão da crise causada pela pandemia do COVID-19 (NAVARRO, 2020).

Em São Paulo, na capital, há o Centro de Cultura e Acolhimento LGBT – Casa 1. Possui serviços voltado para saúde mental através da clínica social, além da promoção de ações culturais que conta com palestras, cursos, oficinas e outros. A Casa teve sua criação em 2016, é coordenada por Iran Giusti e Bruno Oliveira, presidente e secretário geral, respectivamente, mantida por doações e pelos voluntários que prestam serviços e ajudam dar continuidade no projeto (QUEM..., 2021).

A Casa Florescer, uma casa de acolhimento voltada para travestis e mulheres trans em situação de rua e vulnerabilidade social, primeira do Brasil, é um projeto criado pela política brasileira Sâmia Bomfim em 2015, atualmente deputada federal pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), projeto esse apresentado para Prefeitura de São Paulo (CENTRO..., 2017).

Figura 2: Vista do dormitório da Casa Florescer II



Fonte: O Estado de São Paulo, NASCIMENTO, 2019.

Com a criação da primeira casa, a demanda aumentou e o município criou uma segunda casa, Casa Florescer II, ambas casas são mantidas pelo Município de São Paulo. O valor do investimento de ambas as casas é de R\$ 123,4 mil reais por mês. Os serviços disponibilizados pelas casas vão desde atendimento psicológico às ações culturais. As Casas contam com parcerias de empresas para inserção no mercado de trabalho, como forma de devolver autonomia e independência (NASCIMENTO, 2019).

Outra iniciativa independente, localizada na capital de São Paulo, é a Casa Chama, um espaço cultural e de cuidados LGBTI+, criada por Rodrigo Franco em 2018. O local conta com uma Biblioteca LGBTQIA+, promove roda de conversas e reuniões, serviço de retificação para pessoas trans, capacitação, atendimento com fonoaudióloga, bazar e outras ações e serviços, a Casa funciona com apoio de voluntários e doações (SOBRE..., 2021).

A Casa de Acolhida LGBT+ Arouchianos, situada na capital de São Paulo, é liderada pelo Coletivo Arouchianos. A iniciativa conta com apoio de voluntários e doações para ampliar a casa, acolhe pessoas LGBTI+ em vulnerabilidade social. Foi inaugurada em 2019, o coletivo promove ações de arte, cultura, política, sociais e outras ações (CASA... 2020).

Na cidade de Campinas, São Paulo, a agente social Suzy Santos fundou a Casa Sem Preconceitos. Para manter o funcionamento da Casa, a fundadora do projeto busca parcerias, tendo o funcionamento dependendo de doações (LIMA NETO, 2020).

A Casa Transvivência foi criada durante o período de pandemia de COVID-19. Com a crise sanitária e econômica que se abateu no país, muitas pessoas foram afetadas e se encontraram em situação de vulnerabilidade social, sem emprego e sem renda, quatro jovens artistas LGBTI+ se uniram e fundaram a Casa. (LIMA; JACINTO, 2020).

O local abriga pessoas trans, seu fomento ocorre por meio de doações, como não possuem local próprio, sofrem com a possibilidade de despejo. O mesmo aconteceu com outras casas de acolhimento já citadas aqui (CasaNem), o projeto busca ofertar serviços culturais e educacionais, bem como a oferta de um acolhimento psicológico (LIMA; JACINTO, 2020).

Com as violências e discriminações vividas pela população LGBTI+ no território brasileiro, iniciativas como as casas de acolhimento são uma forma de resistir ao descaso, omissão e as demais opressões que essas pessoas sofrem.

Em meio a ausências do Estado, surgem grupos que buscam acolher e auxiliar pessoas em situação de vulnerabilidade social. As ações na área da educação, da cultura, serviços voltados para saúde e área jurídica visam oferecer apoio, acolhimento, minimizar os danos sofridos pelos preconceitos e violências, para que essas pessoas possam se reinserir na sociedade e conseguir suas autonomias e independências.

Nos momentos que essas iniciativas nascem, a união da população LGBTI+ se mostra essencial para mudar a realidade de muitos, bem como as parcerias da sociedade civil que contribuem para que esses projetos possam prosseguir.

Como resultado dessa união, em nível nacional, diversas Organizações Não Governamentais – ONG, grupos sociais Casas de Acolhimento e associações se uniram para formar a 1ª Rede Nacional de Acolhimento LGBTQIA+ do Brasil, como forma de unir esforços em uma campanha nacional para distribuição de cestas básicas e produtos de higiene. Tal demanda surgiu principalmente por conta da pandemia causada pelo COVID-19 e a crise sanitária e econômica que se espalhou pelo país (ENTIDADES..., 2020).

Considerações finais

Embora a moradia seja um dos direitos sociais previstos em Constituição, assim como a assistência aos desamparados, nota-se, nos resultados da pesquisa aqui realizada, uma omissão por parte do Estado acerca de políticas públicas que amparem a população LGBTI+. A grande maioria das iniciativas encontradas para atender a demanda da população mencionada são iniciativas nascidas pela sociedade civil, ou seja, grupos organizados em ONG. Estas materializam projetos, buscam doações da população em geral para angariar fundos e poder inaugurar casas que possam acolher e atender pessoas LGBTI+ em situação de vulnerabilidade social. Em alguns casos, esses locais oferecem serviços educacionais, culturais, profissionais e de saúde, buscando por meio dessas ações promover também o empoderamento e contribuir com a reintegração e independência dessas pessoas de volta à sociedade.

Vale ressaltar que, é possível encontrar iniciativas do Estado, como o caso da Casa Florescer, em São Paulo, e o Hotel Popular LGBTI+, no Rio de Janeiro. Ambas as iniciativas são das Prefeituras, ou seja, são políticas públicas que atendem uma demanda local, que merecem o reconhecimento e congratulações. Exemplos como estes podem servir para a criação de políticas públicas de acesso à informação em âmbito nacional. Tais políticas públicas constituem possibilidades a uma agenda, não somente de intenções, mas a uma agenda de ações, cujo objetivo maior se constitui no planejamento de programas de desenvolvimento da competência em informação (PDCIn) para a população LGBTI+, tal como estamos experienciando em Santa Catarina, numa biblioteca pública² e nas pesquisas que temos desenvolvido sobre o tema (RIGHETTO; VITORINO, 2019; VITORINO; PIANTOLA, 2020; VITORINO; DE LUCCA, 2020.).

Referências

AMARANTES, Paulo. **Rumo ao fim dos manicômios**. *Mente e cérebro*, São Paulo, p.30-35, 2006.

_____. **Novos sujeitos, novos direitos: o debate em torno da Reforma Psiquiátrica**. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 3, p. 491-494, jul./set. 1995.

BENEVIDES, Bruna G.; NOGUEIRA, Sayonara Naidier Bonfim. **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020**. São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2021. Disponível em: <https://antrabrazil.files.wordpress.com/2021/01/dossie-trans-2021-29jan2021.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2021.

BLOCO “Mana ce tá louca?” terá lançamento oficial no sábado em Campo Grande. **Agora MS**: Campo Grande, 13 jan. 2020. Disponível em: <https://www.agorams.com.br/bloco-mana-ce-ta-louca-tera-lancamento-oficial-no-sabado-em-campo-grande/>. Acesso em: 5 fev. 2021.

BRASIL. **Constituição Federal do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

_____. Ministério da Saúde. Centro Cultural da Saúde. *Memórias da loucura*. Apostila de monitoria. Brasília, 2004.

_____. **Dispõe sobre a organização da assistência social e dá outras providências**. LEI Nº 8.742 DE 07 DE DEZEMBRO DE 1993.

BRUCE, Julia Rafaela. Em meio a idas e (não) vindas, a Casa Nem encontra sua casa. **Ponte**: Rio de Janeiro, 14 set. 2020. Disponível em: <https://ponte.org/em-meio-a-idas-e-nao-vindas-a-casa-nem-encontra-sua-casa/>. Acesso em: 6 fev. 2020.

BRUM, Stéphanie. Violências cruzadas e obstáculos para a proteção de refugiados LGBTI. **Periódicus**,

² Ver documento completo em: <https://gpcin.ufsc.br/2021/07/12/confira-a-versao-final-do-programa-de-desenvolvimento-da-competencia-em-informacao-pdcin-da-biblioteca-publica-de-santa-catarina-bpsc/>. Ainda este PDCIn seja voltado para outras populações e grupos vulneráveis, o conteúdo deste pode e deve ser utilizado, com as devidas adequações, à população LGBTI+)

Salvador, n. 12, v. 1, p. 38-53, nov. 2019-abr. 2020. Disponível em: <https://cienciasmedicasbiologicas.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/33409/20865>. Acesso em: 4 fev. 2021.

CÂMARA, Bárbara. ‘Nunca vamos cansar de lutar’, diz fundadora de abrigo para acolher transexuais em Fortaleza. **G1**: Rio de Janeiro, 8 dez. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2019/12/08/nunca-vamos-cansar-de-lutar-diz-fundadora-de-abrigo-para-acolher-transexuais-em-fortaleza.ghtml>. Acesso em: 5 fev. 2021.

CASA Arouchianos precisa de ajuda para acolher pessoas LGBTQs. **Agência Aids**: São Paulo, 20 jan. 2020. Disponível em: <https://agenciaaids.com.br/noticia/casa-arouchianos-precisa-de-ajuda-para-acolher-pessoas-lgbts/>. Acesso em: 7 fev. 2021.

CENTRO de acolhida Florescer: Trans resistem!. **Sâmia Bomfim**: Brasília, 26 jul. 2017. Disponível em: <https://samiabomfim.com.br/blog/centro-de-acolhida-florescer-trans-resistem/>. Acesso em: 6 fev. 2021.

CERQUEIRA, Daniel; BUENO, Samira (Coords.). **Atlas da violência**: 2020. Brasília: IPEA, 2020. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/200826_ri_atlas_da_violencia.pdf. Acesso em: 18 jan. 2021.

CRISPIM, Bia. ONG’s LGBTQIA+ potiguares: uma história de lutas – parte 2. **Pontiguar Notícias**: Natal, 29 jan. 2021. Disponível em: <https://www.potiguarnoticias.com.br/colunas/post/3833/ONGs-LGBTQIA-potiguares-Uma-historia-de-lutas-parte-2>. Acesso em: 5 fev. 2021.

CULLINS, Jill; HUSSEY, Roger. **Pesquisa em administração**: um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

DIAS, Surenã. Casa Aurora: 1ª casa de acolhimento LGBTQ+ de Salvador abre financiamento coletivo. **Observatório G**: São Paulo, 10 jun. 2019. Disponível em: <https://observatoriog.bol.uol.com.br/noticias/casa-aurora-1a-casa-de-acolhimento-lgbtq-de-salvador-abre-financiamento-coletivo>. Acesso em: 5 fev. 2021.

ENTIDADES pró LGBT+ criaram 1ª Rede Nacional de Acolhimento LGBTQIA+ do Brasil. **Pheeno**: Rio de Janeiro, 1 abr. 2020. Disponível em: <https://pheeno.com.br/2020/04/entidades-pro-lgbt-criaram-1a-rede-nacional-de-acolhimento-lgbtqia-do-brasil/>. Acesso em: 7 fev. 2021.

FOUCAULT, Michel. **História da loucura**. São Paulo: Perspectiva, 1972.

GRUPO Gay de Alagoas busca apoio para abertura do primeiro Centro de Acolhimento LGBTQIA+. **G1**, Rio de Janeiro, 2020, 5 jul. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2020/08/05/grupo-gay-de-alagoas-busca-apoio-para-abertura-do-primeiro-centro-de-acolhimento-lgbtqi.ghtml>. Acesso em: 4 fev. 2021.

YASUI, Silvio. **Rupturas e encontros**: desafios da Reforma Psiquiátrica Brasileira. 208 f. Tese (Doutorado em Ciências da Saúde) Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2006.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre identidade de gênero**: conceitos e termos: guia técnico sobre pessoas transexuais, travestis e demais transgêneros, para formadores de opinião. 2. ed. Brasília, 2012.

LIMA, Caio Ciríaco; JACINTO, Nicolas Robin. Casa Transvivência: luta e resistência das casas de acolhimento trans no país. **Mídia Ninja**: São Paulo, 24 set. 2020. Disponível em: <https://midianinja.org/transpoetas/casa-transvivencia-luta-e-resistencia-das-casas-de-acolhimento-trans-no-pais/>. Acesso em: 7 fev. 2021.

LIMA NETO, Francisco. Campinas abriga lar da diversidade. **Correio**: Campinas, 2 fev. 2020. Disponível em: https://correio.rac.com.br/_conteudo/2020/02/campinas_e_rmc/896805-campinas-abriga-lar-da-diversidade.html. Acesso em: 7 fev. 2021.

MORAES, Matheus Andrade de Moraes; CRUZ, Maria Helena. CasAmor LGBT: de Centro Cultural à Política Pública. **Conte**: Sergipe, 3 jan. 2019. Disponível em: <https://projetoconte.com/conteudo/casamor-lgbt-de-centro-cultural-a-politica-publica/>. Acesso em: 7 fev. 2021.

- NASCIMENTO, Caio. Prefeitura de SP inaugura 2ª unidade da Casa Florescer pra acolher travestis e mulheres trans. **O Estado de São Paulo**: São Paulo, 5 nov. 2019. Disponível em: <https://emails.estadao.com.br/noticias/comportamento,prefeitura-de-sp-inaugura-2-unidade-da-casa-florescer-para-acolher-travestis-e-mulheres-trans,70003076493>. Acesso em: 5 fev. 2021.
- NAVARRO, José Gabriel. Covid-19 aumenta pressão sobre população LGBTI+ desabrigada. **DW Brasil**: Berlim/Bonn, 25 dez. 2020. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/covid-19-aumenta-press%C3%A3o-sobre-popula%C3%A7%C3%A3o-lgbti-desabrigada/a-56039100>. Acesso em: 5 fev. 2021.
- OLIVEIRA, José Marcelo Domingos de; MOTT, Luiz (Org.). **Mortes violentas de LGBT+ no Brasil – 2019**: relatório do Grupo Gay da Bahia. Salvador: Grupo Gay da Bahia, 2020. Disponível em: <https://grupogaydabahia.com.br/relatorios-anuais-de-morte-de-lgbti/>. Acesso em: 18 jan. 2021.
- PEREIRA, Andiará Ramos; PERANDA, Cuauhtémoc. Entre memórias de infância e crianças legendárias: gênero, raça e sexualidade dos primeiros anos à cena de *ballroom & vogue* estadunidense. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, Cuiabá, v. 3, n. 9, p. 64-95, 2020. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/rebeh/article/view/10468>. Acesso em: 2 fev. 2021.
- PIRES, Michel. Conheça a Casa Rosa, que atua para acolher a população LGBTQIA+. **Correio Braziliense**: Brasília, 26 nov. 2020. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/cidades-df/2020/11/4891254-conheca-a-casa-rosa-que-atua-para-acolher-a-populacao-lgbtqia+.html>. Acesso em: 6 fev. 2021.
- POSE, primeira temporada, primeiro episódio. Direção: Ryan Murphy. Produção de Color Force; Brad Falchuk Teley-Vision; Ryan Murphy Television; Fox 21 Television Studios; FXP. Estados Unidos: Fox 21 Television Studios, 2018.
- PREFEITURA do Rio inaugura hotel e promove ações em comemoração ao Dia Internacional do Orgulho LGBT. **Sopa Cultural**: Rio de Janeiro, 26 jun. 2020. Disponível em: <https://www.sopacultural.com/noticias/prefeitura-do-rio-inaugura-hotel-e-promove-acoes-em-comemoracao-ao-dia-internacional-do-orgulho-lgbt/>. Acesso em: 5 fev. 2021.
- PRIMEIRA Casa de Acolhimento em Alagoas para população LGBTQIA+ é inaugurada. **G1**, Rio de Janeiro, 2021, 5 jan. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2021/01/05/primeira-casa-de-acolhimento-lgbtqia-de-alagoas-e-inaugurada.ghtml>. Acesso em: 4 fev. 2021.
- QUEM somos. **Casa Um**: São Paulo, 2021. Disponível em: <https://www.casaum.org/quem-somos/>. Acesso em: 6 fev. 2021.
- RIGHETTO, Guilherme Goulart; VITORINO, Elizete Viera. **#TRANSLiteracy: competência em informação voltada às pessoas trans***. São Paulo: Pimenta Cultural, 2019, 263p. Disponível em: <https://www.pimentacultural.com/transliteracy>. Acesso em: 24 nov. 2021.
- RIGHETTO, Guilherme Goulart; VITORINO, Elizete Viera; MURIEL-TORRADO, Enrique. Competência em informação no contexto da vulnerabilidade social: conexões possíveis. **Informação e Sociedade**: estudos, João Pessoa, v. 28, n. 1, p. 77-90, jan./abr. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/34735/19694>. Acesso em: 3 fev. 2021.
- ROSA, Eli Bruno do Prado Rocha. Cisheteronormatividade como instituição total. **Cadernos Pet-Filosofia**, Curitiba, v. 18, n. 2, agosto 2020, p. 59-103. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/petfilo/article/view/68171/41349>. Acesso em: 20 out. 2021.
- SANTOS, Jessie Ferreira. O público LGBT em situação de rua e seus direitos na cidade de Belo Horizonte. *In*: Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, 16., 2018, Vitória. **Anais [...]**. Vitória: UFES, 2018. p. 1-20. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/23488>. Acesso: 3 fev. 2021.
- SILVA, André Luiz Avelino da. Competência em informação para população LGBTI+ no contexto da pandemia de Covid-19. *In*: OLIVEIRA, Antonio Deusivam de. **População LGBTI+, vulnerabilidades e pandemia da COVID-19**. Campinas: Saberes e Práticas, 2020.
- SILVA, Lion Marcos Ferreira e. Assistencialismo, assistência social e os não assistidos em tempos de

pandemia. In: OLIVEIRA, Antonio Deusivam de. (Org.). **População LGBTI+, vulnerabilidades e pandemia da COVID-19**. Campinas, SP: Saberes e Práticas, 2020. p. 85-96.

SOBRE nós. **Casa Chama**. São Paulo, 2021. Disponível em: <https://www.casachama.org/category/about/>. Acesso em: 7 fev. 2021.

SOUSA, Francisca Liliana Martins de; FARIAS, Maria Giovana Guedes. Vulnerabilidade social e mediação da informação no contexto prisional: inter-relações e percepções. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 16, p. 1-19, 2020. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1319/1201>. Acesso em: 3 fev. 2021.

SOUSA, Karol Jefessom Alves de. As diversas manifestações homofóbicas e suas consequências no cotidiano das minorias LGBT. **Revista Clóvis Moura de Humanidades**, Teresina, v. 2, n. 1, p. 27-44, 2016. Disponível em: <https://revistacm.uespi.br/revista/index.php/revistaccmuespi/article/view/1/34>. Acesso em: 3 fev. 2021.

VIEIRA, José Guilherme Silva. **Metodologia de pesquisa científica na prática**. Curitiba: Fael, 2020.

VITORINO, Elizete Vieira. A competência em informação e a vulnerabilidade: construindo sentidos à temática da “vulnerabilidade em informação”. **Ciência da Informação**, Brasília: DF, v. 47, n. 2, p. 71-85, maio/ago. 2018. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/4187/3794>. Acesso em: 20 out. 2021.

VITORINO, Elizete Vieira; DE LUCCA, Djuli Machado (orgs.). **As dimensões da competência em informação: técnica, estética, ética e política**. Porto Velho, RO: EDUFRO, 2020. 240 p. ISBN: 978-65-87539-16-4 (físico) ISBN: 978-65-87539-06-5 (digital). Disponível em: <http://www.edufro.unir.br/uploads/08899242/Capas%206/As%20Dimensoes%20da%20Competencia%20em%20Informacao.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2021.

VITORINO, Elizete Vieira; PIANTOLA, Daniela. **Competência em informação: conceito, contexto histórico e olhares para a Ciência da Informação**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2019; e-book 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/212553/E-book%20Compet%20ancia%20em%20informa%20a7%20a3o%2031ago20.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 24 nov. 2021.